



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA INCLUSIVA



A participação de expositores público da Educação Especial nas Feiras de Matemática: alinhamento à perspectiva de Educação Inclusiva

Carla Peres Souza¹

Resumo do trabalho. Esse trabalho busca divulgar o que vem sendo produzido sobre a participação de expositores público da Educação Especial nas Feiras de Matemática. Apresenta momentos da história dos trinta e cinco anos de existência desse movimento, o qual, após 2010, com a realização da I Feira Nacional de Matemática, em Salvador/BA, alcança amplitude nacional. Tal movimento de Feiras teve seu início no ano de 1985 na cidade de Blumenau, em Santa Catarina, tornando-se no ano seguinte um projeto de extensão do Laboratório de Matemática da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Com sua expansão tornou-se um projeto interinstitucional, através do Programa Rede de Feiras de Matemática e da Comissão Permanente de Feiras de Matemática. Em 2015, a FURB, o Instituto Federal Catarinense (IFC), a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Sociedade Brasileira de Educação Matemática (SBEM) firmaram um convênio, com o intuito de expandir e divulgar ainda mais o movimento no Brasil. A participação de expositores com deficiências, entre outras especificidades que as caracterizam como público da Educação Especial, faz parte dessa história. No entanto, diversas inquietudes acerca dessa participação motivaram alterações nos processos de realização desses eventos, como em 2004, quando ocorreu a criação da Categoria de participação, denominada Educação Especial. Ao longo dessa história as políticas, legislações e estudos relacionados as áreas da Educação Matemática, Educação Especial e Educação Inclusiva influenciaram os ajustes nos processos desse espaço informal comunitário de educação, colaborando com a divulgação de propostas de Educação Matemática na perspectiva inclusiva.

Palavras-chave: Feiras de Matemática; Educação Especial; Educação Inclusiva; Educação Matemática.

Percurso histórico do movimento de Feiras de Matemática: acolhendo as diferenças

O movimento de Feiras de Matemática, que iniciou em 1985 na Universidade Regional de Blumenau, pela inquietude de seu idealizador, o professor Vilmar José Zermiani, em tornar a matemática escolar humanizada e capaz de contribuir com a formação crítica dos estudantes (BIEMBENGUT; ZERMIANI, 2014), apresenta ao longo de sua história diversos relatos da participação de pessoas com deficiência desde a década de 90. Dessa maneira, o movimento de Feiras revela-se democrático desde o princípio, dando acesso a todos, independentemente da sua especificidade. No entanto, durante esse percurso, as condições de permanência, ou inclusão no sentido amplo de participação nas Feiras, tornaram-se foco de diversas discussões, o que, por vezes, geraram polêmicas e descontentamentos.

¹ Escola Básica Municipal Intendente Aricomedes da Silva/Secretaria de Educação da Prefeitura de Florianópolis; Escola de Educação Básica Marina Vieira Leal/Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina; Comissão Permanente de Feiras de Matemática. cperessouza@yahoo.com.br.



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



As atas de Assembleias e Seminários de Avaliação das Feiras de Matemática ao longo dos anos revelam como foram delineadas as discussões e como divergências nos posicionamentos tornaram urgente estudos mais aprofundados para embasar tomada de decisões e estabelecer caminhos específicos. Torna-se importante ressaltar que todas as proposições, desde as primeiras deliberações, mantiveram um alinhamento comum: no movimento de Feiras a participação das pessoas com deficiência nunca será impedido e torna-se urgente encontrar soluções para garantir essa participação com equidade, pautada no respeito e acolhimento a diversidade.

No decorrer desse percurso, que em 2019 completa trinta e cinco anos de existência, alguns marcos na discussão acerca da participação das pessoas com deficiência ou outras especificidades que as tornam público da Educação Especial precisam ser mencionados para contextualizar o leitor: em 2004 foi instituída a Categoria Educação Especial; em 2006 foram estabelecidas diretrizes para inscrição na Categoria Educação Especial; em 2009 é defendida a primeira dissertação de mestrado com foco nas contribuições das Feiras para inclusão escolar dos expositores/estudantes com deficiências; em 2013 foi instituído o grupo de trabalho e estudos da Educação Especial nas Feiras.

Nos períodos que precedem cada marco, vários foram os momentos de reflexões e discussões empreendidas, culminado no estabelecimento de cada um. Percebe-se um percurso marcado por inquietudes e lutas para manter as Feiras como um espaço democrático e acolhedor. As mudanças que ocorreram ao longo dessa história sempre foram tentativas de garantir a participação em igualdade de condições, com justiça e respeito as diferenças. Nessa busca, houveram equívocos e acertos, mas sempre na tentativa de incluir e promover o acesso de todos, sem discriminação, alinhando-se a proposta inclusiva instituída pelas políticas nacionais brasileiras.

O caminho percorrido: reflexões e mudanças adotadas nas Feiras

Em 2004, durante as deliberações finais do curso de aperfeiçoamento, Feiras de Matemática: Um Programa Científico e Social, foi votado e aprovado a instituição da Categoria Educação Especial nas Feiras (ZERMINI, 2004). O foco das inquietudes da época era a não visibilidade das pessoas com deficiência que participavam das Feiras, o



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



que era considerado como obstáculo para adequação dos processos, principalmente o de avaliação. Naquele momento histórico do movimento acreditava-se que era necessário um grupo específico para garantir avaliadores especializados em Educação Especial, minimizando preconceitos e falta de conhecimentos que resultaram em equívocos nos anos anteriores. No entanto, nos dois anos seguintes muitas outras polêmicas emergiram da proposta instituída, vista por muitos como um espaço de segregação dentro dos eventos. A partir da lógica adotada, qualquer estudante declarado como público da Educação Especial não poderia mais inscrever-se em outras Categorias. Esse fato acabou por revelar-se discriminatório e gerou diversas dúvidas por parte dos gestores do evento e professores orientadores, principalmente porque vivia-se no Brasil a inserção de tais perfis de estudantes nas classes do ensino comum regular.

Assim, expositores com deficiências, ou outras especificidades, e seus orientadores, os quais desenvolveram trabalhos nas turmas do ensino comum regular, junto a outros estudantes que não eram atendidos pela Educação Especial, apresentaram dúvidas sobre qual Categoria deveria se inscrever. Em 2006, durante o III Seminário de Avaliação das Feiras Catarinenses de Matemática, toda essa problemática vem à tona, o que resultou no estabelecimento de critérios para realizar a inscrição na Categoria Educação Especial, evidenciando a busca do movimento de Feiras de Matemática em relação a democratização da educação e respeito as diferenças.

Foi aprovada a proposta de que a inscrição nessa Categoria seria somente para os estudantes que possuísem algum diagnóstico e que tivessem desenvolvido seus trabalhos em instituições especializadas em Educação Especial. Essa adequação dos critérios de inscrição nessa Categoria mostrou-se alinhado às propostas de Educação Inclusiva das legislações nacionais, uma vez que a participação de estudantes com esses perfis, que desenvolveram trabalhos no ensino comum regular junto a suas turmas de escolaridade, deveriam se inscrever nas demais Categorias das Feiras de Matemática (SOUZA; BRIGO, 2017).

Inicialmente essa mudança pareceu suficiente para atender as expectativas quanto a participação das pessoas com deficiências, possibilitando considerar as especificidades do expositor e o contexto em que se desenvolveu o trabalho. No entanto, alguns anos depois, publicou-se nos anais do IV Seminário sobre Feiras de Matemática, outras questões que, ainda, “inquietavam” os gestores das Feiras de Matemática, sendo uma das onze, a



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



“Participação das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais nas Feiras” (ZERMIANI; FLORIANI, 2009, p. 44). O que revelou ainda haver aspectos a serem aprimorados para participação dos expositores com deficiências ou outras especificidades. Nesse mesmo ano, foi defendida uma dissertação de mestrado sobre a contribuição das Feiras de Matemática para inclusão escolar, com foco justamente na participação de expositores com deficiências nesses eventos (SOUZA, 2009). O trabalho desenvolvido apresenta uma análise do percurso de participação nas Feiras de um grupo de expositores com deficiência intelectual e como as propostas pedagógicas vivenciadas pelos estudantes favoreceram sua inclusão escolar, tendo as Feiras como um dos contextos de análise. Tal trabalho apresenta que

A partir dos dados coletados e das conclusões a que se chegou percebe-se que as Feiras de Matemática podem dar significativa contribuição para que os alunos com NEE's tenham reais chances de inclusão escolar, alcançando interação social e aquisição de conhecimentos. Isto porque este movimento de Feiras tem incentivado vários professores a repensar suas práticas pedagógicas e sair da posição tradicional de expositor de conhecimentos, passando a orientador de alunos pesquisadores, que trabalhem cooperativamente. Este estudo mostra que é possível desenvolver trabalhos em matemática que envolvam satisfatoriamente todos os alunos, não importando as dificuldades que apresentem, principalmente quando favorece mudanças nas relações psicossociais de sala (SOUZA, 2009, p. 128-129).

A partir dessa ótica, as Feiras de Matemática caracterizam-se como um contexto de fomento e socialização de possibilidades pedagógicas inclusivas no ensino de matemática. O contexto de Feiras de Matemática vem gerando efeitos nos demais espaços educativos, sejam eles especializados ou do ensino comum regular, tornando-se uma ferramenta de inclusão escolar e social.

Nesse mesmo período, muitos desafios na área da Educação se apresentavam, principalmente pela implantação da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a qual modificou a finalidade da Educação Especial, definindo-a, desde então, como modalidade transversal de ensino à todos os outros níveis e demais modalidades, não podendo mais substituir a escolaridade no ensino comum regular das pessoas com deficiências, ou outras especificidades. Tal mudança impactou também na organização do movimento de Feiras de Matemática. Diversas tentativas de adequar os processos ocorreram no período que seguiu, apontando para a necessidade de estabelecer



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



regras claras para garantir o ideário de espaço educativo de acesso a todos com condições adequadas de participação.

Em 2013, durante o V Seminário Nacional de Avaliação e Gestão das Feiras de Matemática, ocorreu um minicurso com foco nessa temática, em que se discutiu como a Educação Especial estava presente nas Feiras de Matemática e quais os desafios a serem enfrentados para qualificação do processo de participação (SOUZA, 2013). Durante o encontro muitas dúvidas surgiram, muitos questionamentos não possuíam respostas definidas, o que revelou a necessidade da organização de estudos para elaboração de diretrizes que auxiliassem os gestores das Feiras e orientadores de trabalhos. Dessa forma, conforme Ata nº 05/2013, houve a aprovação e criação do grupo de trabalho e estudos da Educação Especial nas Feiras de Matemática, o qual assumiu o papel de estabelecer encaminhamentos mais sólidos aos processos, fundamentando decisões e elaborando proposições a serem apresentadas ao coletivo para deliberações. Tal grupo contou com representantes das diferentes regiões e estados brasileiros que faziam parte do movimento de Feiras de Matemática, além de outros professores que manifestaram desejo de participar diretamente das reflexões, contribuindo com as elaborações.

O contato do grupo de trabalho e estudos da Educação Matemática na perspectiva inclusiva ocorreu por e-mail durante os meses que seguiram. As proposições eram discutidas a partir de dados disponíveis e então organizadas propostas que poderiam ser ajustadas pelos membros do grupo antes da apresentação final para deliberações e aprovação nas Assembleias e encontros para discussão da organização das Feiras de Matemática. Tudo o que está oficialmente em vigor hoje a esse respeito foi organizado nesse período e validado por decisão coletiva em Assembleias (SOUZA, 2016). Foi um período de intenso trabalho e muitas decisões, devido a urgência de diretrizes manifestadas pelo coletivo das Feiras de Matemática, que ansiava em testar as propostas na próxima Feira Catarinense de Matemática, que ocorreria em 2014, o que de fato ocorreu.

É possível afirmar que atualmente se vivência um período relativamente tranquilo no que tange a participação de pessoas com deficiência ou outras especificidades nas Feiras, visto que tem-se procurado garantir o alinhamento às políticas e legislação de Educação Inclusiva e pesquisas na área. No entanto, muitas dúvidas acerca de algumas



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



questões, principalmente pela expansão do movimento, evidenciam-se, o que revela a importância da divulgação dessas ideias e acesso ao detalhamento para operacionalização dos processos.

No ano de 2018, por meio da página online da Sociedade Brasileira de Educação Matemática foram disponibilizados módulos, com materiais impressos e audiovisuais, sobre os diferentes processos que permeiam as Feiras. Entre eles, há o módulo sobre a Educação Especial, que busca divulgar todas diretrizes e demais processos que hoje são reconhecidos pela Comissão Permanente de Feiras de Matemática e oficialmente adotados na Feira Nacional, considerada como norteadora dos processos nas demais instâncias das Feiras. Além desse material disponibilizado pela SBEM Nacional, há diversas publicações específicas sobre os processos que envolvem a participação de expositores público da Educação Especial nesses eventos, servindo de documentos referenciais para gestores das Feiras.

Influências da Política Nacional de 2008 e demais legislações referentes a Educação Inclusiva na organização dos processos das Feiras de Matemática no território nacional

Os encaminhamentos e escolhas de referenciais para embasar as propostas e diretrizes de participação das pessoas com deficiências, ou outras especificidades que a caracterizam como público da Educação Especial, adotados nas Feiras de Matemática buscam alinhar-se a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e a Lei 13146, de 6 junho de 2015, além das pesquisas nas áreas da Educação Especial e Educação Inclusiva, sendo essas articuladas à Educação Matemática.

O grupo de trabalho e estudos da Educação Especial nas Feiras, instituído em 2013, mapeou as problemáticas que vinham sendo enfrentadas nos diferentes processos e elaborou propostas de diretrizes relacionadas a temática a serem adotadas nas Feiras de Matemática em todo território nacional.

O primeiro aspecto que desafiou o grupo foi a definição dos perfis dos sujeitos que seriam considerados público da Educação Especial, pois há Redes de Ensino que ampliam essa compreensão, inserindo perfis não previstos na Política Nacional (2008), exemplo



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



disso é a Rede Estadual de Santa Catarina, que considera pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, pessoas com Dislexia, entre outras dificuldades de aprendizagem, como público da Educação Especial. A diretriz para as Feiras de Matemática nesse aspecto define que todos os perfis indicados pela Rede de Ensino responsável, como sendo público da Educação Especial, seriam acolhidos. Dessa maneira, no movimento de Feiras não se discrimina quem é esse público-alvo, mas sim as políticas públicas da Rede de origem do expositor. Vale ressaltar que a responsabilidade de fornecer as informações exigidas nesse caso passa a respectiva Rede, sendo essas essenciais para garantir a equidade de participação.

Outra definição fundamental foi a de que categoria pessoas declaradas como pertencendo ao público da Educação Especial poderiam se inscrever. A busca em alinhar-se a proposta nacional de inclusão revelou ao grupo a complexidade da diretriz a ser criada, visto que se a Educação Especial passa a ser modalidade transversal que tem por finalidade principal apoiar estudantes e professores na inclusão no sistema regular de ensino, promovendo o que for necessário para acessar os conhecimentos em sala de aula regular, não tendo o currículo do ano de escolaridade como foco no Atendimento Educacional Especializado, mas sim, a suplementação e complementação para superação de barreiras de acessibilidade. Tal compreensão transpareceu que a extinção da Categoria Educação Especial seria o encaminhamento mais apropriado. Nesse contexto, separar os estudantes com deficiências, ou outras especificidades, em uma Categoria específica seria promover a segregação. No entanto, na continuidade do estudo dos anais que apresentavam os diversos casos de participação ao longo da história das Feiras, verificaram-se situações de trabalhos que não se adequavam a nenhuma das demais Categorias, então, como inscreve-los adequadamente? Além disso, a busca em todas as proposições era de acolher diferentes organizações e não impedir a participação.

A partir de todas essas considerações, a diretriz adotada define que a manutenção da Categoria Educação Especial deve ocorrer enquanto houver as possibilidades verificadas, podendo nela serem inscritos apenas expositores que possuam algum laudo que os caracterizem como público da Educação Especial na Rede de origem. Além disso, os trabalhos devem ter sido realizados em instituições de Educação Especial, explorando



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



conhecimentos matemáticos para promover o desenvolvimento e/ou autonomia de expositores que nunca frequentaram a escola comum regular, já estando fora da idade escolar; ou serem trabalhos desenvolvidos no âmbito de instituições especializadas, sob orientação de profissionais especializados, explorando aspectos relacionados a matemática, mesmo que os estudantes frequentem no outro turno escolas de ensino comum regular; ou serem trabalhos desenvolvidos no âmbito da Educação Especial, durante o Atendimento Educacional Especializado, para suplementação e complementação, sendo a matemática uma ferramenta ou recurso, sem foco no currículo do ano de escolaridade que o expositor frequenta no ensino comum regular, podendo inclusive possuir expositores que frequentam etapas diferentes de educação; ou, ainda, serem trabalhos realizados com estudantes em sala de aula comum regular com apoio de um profissional co-docente (segundo professor), desde que não esteja de acordo com o ano de escolaridade e conhecimentos matemáticos explorados pelo restante da turma, ocorrendo de modo paralelo na sala de aula, sem haver a inclusão no processo de ensino com os demais colegas de classe.

Dessa maneira, a categoria Educação Especial não restringe a participação por tipo de especificidade, mas sim pelo tipo de proposta de trabalho e contexto em que se realiza. Nesse sentido, surge a dúvida de que Categorias outras situações de trabalhos desenvolvidos com a participação de expositores considerados público da Educação Especial, ou que se refere ao trabalho pedagógico com eles, poderiam se inscrever? A diretriz, nesses casos, indica todas as demais Categorias, conforme a etapa, ano de escolaridade que se desenvolveu, Categoria Professor ou Comunidade. As Feiras vem buscando garantir a possibilidade de participação de um acompanhante/intérprete/cuidador, além do orientador, quando necessário.

A avaliação dos trabalhos expostos na Categoria Educação Especial ou nas demais Categorias, havendo presença de expositores com deficiências, ou outras especificidades público da Educação Especial, considerando a contribuição para compreensão dos conhecimentos matemáticos relacionados a finalidade do espaço de realização do trabalho. Entende-se que os trabalhos inscritos na Categoria Educação Especial, provenientes de espaços especializados e com foco na complementação e suplementação, ou seja, fruto de um trabalho no Atendimento Educacional Especializado, que recorreram a recursos e



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



elementos da Matemática para desenvolver a proposta individual de atendimento, tenham auxiliado o estudante em seu processo de inclusão no ensino comum regular. Portanto, não se avalia o serviço da Educação Especial, mas busca-se verificar qual o foco do trabalho e como contribuiu com o desenvolvimento do estudante e sua inclusão escolar. Assim, a matemática serviu como um recurso ao profissional especializado, sem substituir o ensino de Matemática previsto para o ano de escolaridade do estudante na sua sala de aula do ensino comum regular, alinhando-se a Política Nacional (2008). Quando o trabalho é desenvolvido em instituições especializadas externas as escolas regulares, observa-se qual o papel do trabalho para o desenvolvimento de conhecimentos matemáticos, os quais destinam-se a perfis e objetivos distintos a da inclusão escolar, mas que oportunizam apropriação a pessoas com deficiências, entre outros, que muitas vezes, nunca frequentaram a escola ou tiveram acesso a serviços de apoio na época em que estavam “integrados” ao sistema comum regular de ensino.

Todo e qualquer trabalho eu tenha sido realizado fora do espaço especializado, sob orientação de profissionais especializados em Educação Especial ou não, devem ser inscritos nas demais categorias do ensino comum regular. Importante que na inscrição de tais trabalhos sejam informados aspectos solicitados na ficha, detalhadamente, pois essas informações servirão de norteadores para adequações na realização dos processos de gestão e avaliação no contexto das Feiras. Desse modo, a Categoria Educação Especial torna-se cada vez mais restrita, incentivando que o ensino de Matemática ocorra junto a turma do ensino comum regular, revelando possibilidades de propostas inclusivas de Educação Matemática.

Considerações finais

O modo como hoje ocorre o processo de inscrição dos trabalhos, de organização dos espaços de circulação e exposição e de avaliação nas Feiras de Matemática têm como princípios norteadores a perspectiva inclusiva presente nos documentos legais. O ponto crucial para garantir a qualidade dos processos que envolvem a Feira para que a participação de tais expositores seja adequada, levando em consideração suas necessidades individuais, é o fluxo de informações. A busca constante do grupo responsável pela



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



Educação Especial é na qualificação dos canais de comunicação e divulgação dos processos desenvolvidos, revelando a importância de cada um, além de oferecer diretrizes nacionais de realização das Feiras.

Todos encaminhamentos, acerca da qualificação para participação de expositores com deficiências, ou outras especificidades que os caracterizam como público da Educação Especial na Rede de ensino a que pertencem, têm-se revelado fundamentais para atingir os ideais do movimento de Feiras de Matemática. Todo o percurso histórico das Feiras e as elaborações dos últimos anos evidenciam a essência desse movimento, que promove o acesso aos conhecimentos matemáticos, independentemente das especificidades de cada um.

Por fim, ressalta-se que as centenas de trabalhos com participação de expositores público da Educação Especial, presentes nas Feiras de Matemática ao longo de suas várias edições, antes mesmo das políticas públicas hoje instituídas, e a preocupação em buscar modos de organização dos processos que garantam a equidade na participação, de forma ética, respeitosa e responsável, é que justifica defender as Feiras de Matemática como um espaço inclusivo de educação. A Educação Matemática aqui explicitada desenvolve-se em diversos momentos e tipos de ambientes, podendo essas propostas serem provenientes de institucionais educacionais formais ou não formais, como comunitárias. O importante é as Feiras de Matemática permanecerem como um espaço acolhedor de discussão de possibilidades de ensino, de pesquisa e de utilização de conhecimentos matemáticos em contextos sociais.

Referências

BIEMBENGUT, Maria Salett; ZERMIANI, Vilmar José. **Feiras de Matemática: história da ideias e ideias da história**. Blumenau: Legere/Nova Letra, 2014.

BRASIL. **Lei 13146, de 6 junho de 2015**. Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília: Casa Civil, 2015.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

SOUZA, Carla Peres. Da teoria à prática em Educação Matemática: Trabalho de Feiras de Matemática na Educação Especial. Minicurso. In: OLIVEIRA, Fátima Peres Zago de;



I ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

MATEMÁTICA INCLUSIVA



MARCUZZO, Leandro (Orgs.) **Anais do V Seminário Nacional de Avaliação e Gestão das Feiras de Matemática**, Rio do Sul, Instituto Federal Catarinense, p. 210-219, 13-15 mar., 2013.

SOUZA, Carla Peres. Educação Especial: as Feiras como espaço de inclusão. **Boletim SBEM Especial 'Feiras de Matemática'**, site SBEM, p. 28-30, 01 jun. 2016.

SOUZA, Carla Peres. **Feiras Catarinenses de Matemática**: contribuições da inclusão escolar de grupo de alunos com déficit intelectual. 2009. 226f. Dissertação (Mestrado em Educação Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Tecnológica, Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

SOUZA, Carla Peres; BRIGO, Jussara. Educação Matemática Inclusiva nas Feiras de Matemática. In: **Anais do VI Seminário Nacional de Avaliação e Gestão das Feiras de Matemática**, Camboriú, Instituto Federal Catarinense, p. 319-333, 5-7 jul. 2017.

ZERMIANI, Vilmar José. (Org.). **Feiras de Matemática**: um programa científico e social. Blumenau: Editora Acadêmica, 2004.

ZERMIANI, Vilmar José; FLORIANI, José Valdir. Trajetória da Rede de Feiras de Matemática. Palestra. In: ZERMINI, Vilmar José (Org.) **Anais do IV Encontro sobre Feiras de Matemática / XXIV Feira Catarinense de Matemática**. Blumenau: Nova Letra, 2009.